

## **IDÍGENAS, CIDADES E INSTITUIÇÕES: QUESTÕES METODOLÓGICAS**

Samuel Douglas Farias Costa  
samuefariascosta@gmail.com  
FAPESP  
PPGAS-UFSCar  
Mestrando

O presente trabalho propõe apontar e problematizar algumas possibilidades de diálogo entre certa bibliografia antropológica e questões específicas ligadas a um empreendimento etnográfico atento às experiências dos Guarani que vivem na cidade de Maringá (PR) e estão vinculados a duas instituições – uma organização indigenista não governamental e uma universidade pública. Nesse sentido, busco realizar algumas reflexões metodológicas que contribuam com as discussões sobre o fazer etnográfico, sobretudo, atento a questões relacionadas a pesquisas com indígenas que vivem em contextos urbanos e/ou vinculados a instituições permeadas por saberes burocrático-estatais.

Palavras-Chave: Indígenas, Guarani, Cidade, Instituições, Método.

\*\*\*

A presença de indígenas nas cidades brasileiras não é um fenômeno recente. Na antropologia há uma crescente produção bibliográfica que busca, de forma ainda incipiente, formular um campo de debates sobre as particularidades destes grupos e sujeitos. Comumente, os indígenas que saem das aldeias, comunidades ou Terras Indígenas (TI), rumo às cidades, estabelecem vínculos e estão em constante diálogo com diversas instituições, organizações, projetos e serviços – públicos e/ou privados –, tais como instituições de ensinos, organizações não governamentais, igrejas, empresas, hospitais, entre outros. Este é o caso dos Guarani que vivem na cidade de Maringá, no Paraná, vinculados à Associação Indigenista (Assindi) de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O município de Maringá fica localizado na região norte-central do Paraná e possui uma estimativa de 357.077 habitantes, dos quais 391 são autoidentificados como indígenas

(IBGE, 2010). Não há Terras Indígenas (TI) em Maringá<sup>299</sup>. No entanto, segundo informações da Assessoria para Assuntos Indígenas da Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos do Paraná (SEAE, 2007)<sup>300</sup>, constatou-se no município o que classificaram como *famílias [indígenas] dispersas ou agrupadas*. Para além de informações estatísticas, cabe notar que a Assindi e a UEM comportam projetos e ações voltados especificamente para populações indígenas e contam com uma expressiva procura de sujeitos Guarani. Isso instiga a pensar o que mobiliza estes indígenas saírem de suas aldeias, procurarem tais instituições nas cidades e permanecerem – mesmo que temporariamente – a elas vinculados.

É neste contexto, resumidamente apresentado nos parágrafos acima, que se situa o atual empreendimento etnográfico no qual estou engajado. Neste texto, não proponho apresentar algum resultado de pesquisa, mas sim realizar algumas reflexões metodológicas sobre os desafios e possibilidades de uma etnografia com indígenas – especificamente os Guarani – que vivem em contexto urbano e vinculados a instituições normatizadas por saberes burocrático-estatais – que é o caso da UEM e da Assindi. Para realizar esta tarefa, divido o texto em duas partes. Primeiro, elenco os principais temas e questões abordados pela etnologia com relação aos povos Guarani e, segundo, aponto alguns esforços antropológicos de reflexão sobre a questão dos indígenas nas cidades e em instituições. Em ambos estes tópicos busco pensar como tais discussões podem contribuir com uma metodologia para o empreendimento etnográfico aqui mencionado.

---

<sup>299</sup> Cf. quadro de Terras Indígenas (TI) no Paraná, suas modalidades e fases dos processos de demarcação, segundo informações da FUNAI, em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 31 de março de 2014.

<sup>300</sup> Mapa disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/anexo7.pdf>. Acesso em 31 de março de 2014.

## ETNOLOGIA E OS POVOS GUARANI

A estimativa do Censo Demográfico de 2010 do IBGE é de que 67.523 pessoas Guarani habitem o território brasileiro<sup>301</sup>. Na literatura etnológica, esta população é diferenciada segundo três principais etnônimos dentro do território brasileiro: os Mbya, os Kaiowa e os Nhandeva. Segundo Schaden (1974), essa distinção pauta-se, sobretudo, em critérios linguísticos, mas também de cultura material e imaterial. Para Assis e Garlet (2004), não há um consenso sobre como é feita essa classificação, sabe-se que todos são Guarani, mas há dúvidas ao defini-los como subgrupos, etnias, parcialidades, etc.

Ao longo do século XX, os estudos com os povos Guarani estiveram focados, principalmente, em temas como “mudança cultural”, “resistência”, “mitologia” e “migração”, sobretudo, marcados por uma análise sob a chave da “religião”. Os escritos de missionários jesuítas e a historiografia clássica sobre as relações entre os Guarani e os missionários, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, discorrem sobre a passividade e a aceitação dos indígenas frente aos ensinamentos cristãos, visão amplamente problematizada pela bibliografia contemporânea (cf. Monteiro, 1992; Fausto, 2005; Wilde, 2003, 2009). Percebe-se a recorrência desta leitura – pautada em uma tendência dos Guarani à “mudança cultural” – em autores do século XX. Este é o caso, por exemplo, de Schaden (1974; 1969), que trabalhou sob a chave, atualmente obsoleta, da “aculturação”. O autor empenhava-se em constatar as transformações pelas quais passavam os povos Guarani em decorrência do contato com os não-indígenas. Destaca-se uma abordagem focada na religião, na medida em que Schaden explorava os aspectos do cristianismo aderidos pelos Guarani. Outro autor que estudou as relações de contato sob a ótica da religiosidade e das teorias de aculturação foi Cherobim (1986), que voltou a sua atenção aos Mbya e os Nhandeva do litoral paulista e as

---

<sup>301</sup> O Censo contabilizou 7.500 Guarani, 8.026 Guarani Mbya, 8.596 Guarani Nhandeva e 43.401 Guarani Kaiowa (cf. IBGE, 2012a).

relações dos mesmos com o protestantismo.

No entanto, a questão da “religião” ao longo da bibliografia etnológica sobre os Guarani é um tanto paradoxal. Isso porque ao mesmo tempo em que é entendida como um caminho para se falar sobre “mudança cultural”, no geral, também é o foco daqueles que falam de “resistência”. Esse é o caso do próprio Schaden (1969), que afirma que ao aderirem elementos do cristianismo, os Guarani o fazem dentro de uma lógica própria de modo a reforçar seus próprios valores.

Ao pensar uma “resistência” Guarani via religião é comum que etnólogos façam referências, por exemplo, à Cadogan (1959), que defende uma autêntica religiosidade Mbya, imbuída de uma “pureza original”, livre de influências do cristianismo. Pierre Clastres (1990), por sua vez, levaria essa interpretação além, entendendo o vínculo profundo dos Guarani com essa religiosidade “pura” como um fenômeno político, que se expressaria, por exemplo, em “migrações proféticas” que teriam como horizonte estabelecer uma nova ordem social<sup>302</sup>. Essas “migrações”, as quais Clastres se refere, dizem respeito a um dos assuntos mais recorrentes entre os estudos com povos Guarani: a busca pela Terra Sem Mal.

Sobre as “migrações” Guarani, no início do século XX, em texto clássico sobre os mitos de criação dos Apapocúva-Guaraní, Nimuendajú (1987) afirma a hipótese de que eram motivadas pela busca da Terra Sem Mal (*yvy marã'ey*), uma marcha em direção ao mar que almejava alcançar um lugar livre da maldade presente na atual terra, a qual é efêmera, frágil e instável. Métraux (1927), sob essa mesma chave interpretativa, baseou-se em relatos de missionários e viajantes do século XVI e XVII para analisar as migrações de diversos povos Tupi e Guarani do passado. Segundo Melià (1990), Métraux fez da hipótese de Nimuendajú

---

<sup>302</sup> Ao problematizar as maneiras como a etnologia lidou com a temática da “resistência” Guarani via “religião”, Fausto (2005), numa visão crítica, traduz esse “purismo” e “resistência religiosa” presente nas teorias de Cadogan e Clastres em termos de uma “guaranicidade intocada”.

uma “prova histórica” ao realizar uma leitura na “chave Apapocúva” ou “chave Nimuendajú” sobre outros indígenas de matriz Tupi-Guarani.

As discussões sobre a Terra Sem Mal continuaram com autores como Schaden (1974) e Hélène Clastres (1978) e no final do século XX surgiram tentativas de problematizar criticamente o uso dessa noção como uma explicação determinista via religião para a migração ou como definidor central do ser/estar Guarani (cf. Mèlia, 1990; Garlet, 1997; Noelli, 1999). Garlet (1997), por exemplo, ao invés de reproduzir a ideia de “migrações proféticas”, propõe pensar em “mobilidade” de forma mais ampla e sob uma leitura secular, portanto, não mais sob a chave determinista da religião.

Para Fausto (2005), entre esses dois polos que marcam a discussão bibliográfica aqui apresentada, o das “descontinuidades” e os das “continuidades puras” – “mudança cultural” e “resistência” –, existe um terreno de dúvidas e inquietudes que, geralmente, não são problematizadas pela etnologia sobre os Guarani. Este cenário teórico deixa em aberto uma série de caminhos para os etnólogos do século XXI. Contemporaneamente, percebe-se uma preocupação com estas lacunas e tentativas de mobilizar novos olhares sobre a etnologia que tem como foco os povos Guarani.

Uma revisão teórica que tem se destacado problematiza a bibliografia que retratava o Guarani como sujeito passivo nas relações com os missionários ao longo dos três primeiros séculos da conquista. Segundo Fausto (2005), nas últimas décadas novas abordagens na antropologia e história sobre as missões religiosas entre os indígenas na América do Sul têm permitido retomar a complexidade do tema e relativizar o mito das reduções jesuíticas (cf. Wright, 1999; Wilde, 2003, 2009; Pompa, 2003). Wilde (2009), por exemplo, afirma que os Guarani participaram ativamente no processo de construção das reduções jesuíticas. Sob a noção de “agência indígena”, sua hipótese é de que “os líderes indígenas e seus seguidores

foram a base da organização política missioneira e o fundamento de sua continuidade e dinamismo”<sup>303</sup> (p. 23).

Recentemente, entre os estudos sobre os povos Guarani, aspectos diversos vêm sendo abordados, como música e xamanismo (cf. Montardo, 2002), cultura material e materialidade (cf. Assis 2006; Mura, 2006), multilocalidade (cf. Pissolato, 2006), mobilidade e micromobilidade (cf. Pissolato, 2006; Silva, 2007), territórios e espacialidades (cf. Mura, 2006; Ladeira, 2008), consumo e circulação de mercadorias (cf. Assis, 2006; Bonamigo, 2009), parentesco (cf. Pissolato, 2006; Barros, 2011), relações com setores do Estado e da sociedade civil e conceituações de “cultura” (cf. Macedo, 2009), patrimônio cultural (cf. Vieira, 2012), cosmopolítica (cf. Pimentel, 2012), práticas midiáticas (cf. Klein, 2013), corporalidade (cf. Pierri, 2013), cultura e natureza (cf. Badie, 2013), entre outros.

Frente a esse breve resumo sobre pesquisas realizadas juntos aos Guarani e as lacunas abertas aos etnólogos do século XXI, destaco a relevância de se refletir sobre os Guarani que vivem nas cidades e suas inserções e percepções sobre instituições normatizadas por preceitos estatais. Quais os sentidos e o que há de específico no movimento dos Guarani das aldeias para a cidade? Discussões sobre “migração” e “mobilidade” podem ser elucidativas na compreensão deste fenômeno? Os debates sobre “mudanças” e “resistência” são frutíferos para entender as relações entre indígenas e não-indígenas nas cidades e instituições? É adequado falar em uma “agência indígena” dentro destas organizações? Retomarei estas questões no final deste trabalho.

## **INDÍGENAS, CIDADES E INSTITUIÇÕES**

---

<sup>303</sup> Minha tradução.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, 315.180 indígenas no Brasil residem em áreas urbanas. Não foi exatamente este número, mas o espalhamento de indígenas por diversas cidades brasileiras, que chamou atenção de especialistas<sup>304</sup>. Na região sul, estima-se que em 1991 residia pelo menos um indígena autodeclarado em 39,3% dos municípios, esse número cresceu para 59,6% em 2000 e 75,8% em 2010 (IBGE, 2012b).

Na etnologia, Cardoso de Oliveira (1968) foi um pioneiro em pesquisas sobre indígenas nas cidades ao trabalhar com os Terena “cidadinos”. Sob uma abordagem focada no “contato interétnico”, o autor postulou o conceito de “fricção interétnica” e foi um expoente na crítica à noção de “assimilação” e ao conceito de “aculturação”. Em suas principais obras sobre “relações interétnicas” o autor defendia que os indígenas se “integravam” à sociedade envolvente sem perder a sua “identidade étnica” específica (cf. 1968, 1976a, 1976b, 1996).

Sob essa perspectiva teórica, na década de 1980, na Universidade de Brasília (UnB), Cardoso de Oliveira e Roque de Barros Laraia elaboraram o projeto “Índios cidadinos: identidade e etnicidade em Manaus, Amazonas”, que foi coordenado por Alcida Rita Ramos. O foco do projeto eram as “relações interétnicas” na Amazônia urbana, e dele resultou as pesquisas de Marcos Lazarin (1981), Leonardo Fígoli (1982) e Jorge Romano (1982), todos sob a orientação de Cardoso de Oliveira. Apesar das especificidades de cada trabalho, segundo Melo (2009), estes autores convergiam na ideia de que a situação do índio citadino era marcada pelas relações assimétricas entre indígenas e não-indígenas, o que era reproduzido na vida social, política, econômica e ideológica, e corroborava com a marginalização do indígena.

Seguindo por outros caminhos que não a da “fricção interétnica”, alguns etnólogos que

---

<sup>304</sup> Por exemplo, na publicação do IBGE “Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça” (2012b) e no simpósio “Os indígenas no Censo 2010: primeiras análises e debates”, coordenado por João Pacheco de Oliveira (UFRJ) na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida na cidade de São Paulo (SP) entre os dias 2 e 5 de julho de 2012.

trabalham a relação entre indígenas e contextos urbanos privilegiam abordagens que dão uma maior importância às perspectivas indígenas. Este é o caso, por exemplo, de Lasmar (2005) e Andrello (2006), ambos pesquisadores de povos que habitam o Alto Rio Negro.

Ao investigar o deslocamento de populações indígenas para a cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), Lasmar (2005) mobiliza um arcabouço teórico, inspirada principalmente em Gow (1991) e Viveiros de Castro (2002), que lhe permite explorar a perspectiva dos índios do Uaupés sobre a relação de contato e a ida para *o mundo dos brancos*. Além disso, a autora faz um recorte de gênero, ao privilegiar a visão feminina, e problematiza a relação entre tempo e espaço ao abordar o caminho da *comunidade* para a cidade por meio da experiência de mulheres de três gerações distintas. Lasmar é uma referência notável na etnologia sobre indígenas e cidade, mas também sobre gênero e geração.

Andrello (2006), por sua vez, realiza uma pesquisa particularmente interessante por abordar um povoado indígena multiétnico, Iauaretê, que está em vias de urbanização. Atento à perspectiva dos indígenas sobre a ideia de *civilização*, o autor questiona o pressuposto de que *o mundo dos brancos* – urbanização, monetarização, economia de mercado, etc. – seja necessariamente um desestabilizador dos laços internos dos grupos indígenas. Com outra perspectiva sobre a questão, ele mostra como os indígenas se apropriam do *mundo dos brancos* dentro de uma lógica própria.

Outra etnografia de destaque sobre indígenas e urbanidade é a de Andrade (2012), que utiliza a noção de “indigenização da modernidade”, de Sahlins (1997a, 1997b), e a perspectiva etnográfica “de perto e de dentro”, proposta por Magnani (2012), sobretudo, o conceito de “circuito”, para pesquisar a vida urbana dos Sateré-Mawé, em Manaus. Andrade mostra como o grupo estudado criou uma forma particular de experienciar o urbano ligada a visibilidade que eles possuem na região, devido à expressiva produção bibliográfica sobre os

Sateré-Mawé nas cidades amazônicas e a presença dos mesmos nos meios midiáticos.

Seria o caso dos Guarani em Maringá um processo de “indigenização” das instituições? Seria, como na pesquisa de Andrello, uma apropriação do *mundo dos brancos* a partir de uma perspectiva específica (Guarani)?

É importante destacar que, após os anos 2000, vem crescendo na antropologia o interesse em pensar as relações entre indígenas e as cidades (cf. Mota, 2000; Silva, 2001; Paladino, 2006; Melo, 2009; Ponte, 2009, Athias e Lima, 2010; Nunes, 2010; Espíndola, 2013; Rosado e Fagundes, 2013). Todavia, são muitas as lacunas e possibilidades a serem exploradas. Um dos poucos caminhos percorridos até então é pensar indígenas nas cidades com relação aos seus vínculos institucionais.

Cabe destacar que a noção de instituição pode assumir uma série de sentidos dentro de debates antropológicos. Em termos gerais, pode se referir a instituições escolares, religiosas, familiares, etc. (cf. Douglas, 1998). No entanto, me refiro especificamente a instituições que assim são reconhecidas pelo Estado e que são permeadas por saberes técnico-burocráticos (cf. Morawska Vianna, 2010), ou seja, que para serem legalmente legítimas são organizadas e funcionam por meio de preceitos normativos burocrático-estatais.

No geral, as pesquisas que voltam sua atenção para organizações – governamentais ou não governamentais –, seguimentos do Estado, burocracia, etc., não constituem um campo coeso na antropologia. Os trabalhos produzidos sobre estes temas assumem diversas perspectivas e abordagens sob diferentes nomes como “antropologia da administração”, “antropologia da governança”<sup>305</sup>, “antropologia das organizações”, “antropologia das instituições”<sup>306</sup>, etc. Destaco que, para fins de minha pesquisa, não se entende o Estado como

---

<sup>305</sup> Para uma revisão densa sobre essas pesquisas na antropologia brasileira, cf. Teixeira e Souza Lima (2010).

<sup>306</sup> Para revisão sobre estas pesquisas na antropologia em geral, cf. Morawska Vianna (No prelo).

uma entidade abstrata reificada localizada em lugar nenhum e em todo lugar, mas sim, como nos sugere Herzfeld, como “um complexo instável de gente e de funções” (2008, p. 20). Nesse sentido, toma-se a presença do Estado nas instituições aqui referidas como pessoas e funções em constantes relações pautadas em uma lógica e saberes – estatais – parcialmente convencionados, mas que podem assumir diversas dinâmicas e expressões.

No que diz respeito especificamente às inserções indígenas em instituições normatizadas por preceitos estatais, um dos campos de pesquisa que vem aumentando se refere à educação escolar indígena<sup>307</sup>. Porém, as escolas indígenas não são instituições urbanas por excelência, diferente daquelas que propus problematizar no começo deste texto. Já a discussão sobre ensino superior indígena está mais próxima da questão da vida destes nas cidades. No entanto, boa parte desta discussão na antropologia possui uma abordagem geral e numa escala nacional<sup>308</sup> (cf. Souza Lima, 2007; Barroso-Hoffman e Souza Lima, 2006, 2007; Barroso e Souza Lima, 2013), o que distingue crucialmente da proposta etnográfica aqui referida.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUAL CAMINHO METODOLÓGICO SEGUIR?**

Longe de dar conta da bibliografia que perpassa as questões aqui elencadas, o breve levantamento aqui realizado permite questionar qual o papel deste arcabouço bibliográfico e como ele ajuda metodologicamente – pensando, sobretudo, nas maneiras de por em diálogo bibliografia e pesquisa de campo – a problematizar as especificidades de indígenas Guarani que vivem em contexto urbano e vinculados a instituições atravessadas por preceitos estatais.

As questões centrais presentes na bibliografia etnológica sobre os Guarani – sobre

---

<sup>307</sup> Para uma perspectiva geral sobre esse campo de pesquisa na antropologia brasileira, cf. Tassinari (2008).

<sup>308</sup> Há exceções, por exemplo, cf. Dal' Bó (2010) e Melo (2013).

resistência, mudança cultural, mobilidade, religiosidade, etc. – seriam boas chaves analíticas para entender a vida destes nas cidades e em organizações? O pressuposto analítico da “fricção interétnica” seria um caminho frutífero para pensar a relação entre indígenas e não-indígenas em Maringá? Ou seria melhor privilegiar as perspectivas e apropriações indígenas sobre a cidade e a urbanidade? Ainda, poderia um modelo de antropologia urbana aplicado ao contexto aqui referido ser uma boa estratégia?

O caminho metodológico ao qual me direciono aponta para uma suspensão de todas essas chaves analíticas acumuladas na bibliografia sobre estas questões e me impulsiona a não adotar nenhuma a priori. Nesse sentido, compartilho do princípio de que o trabalho etnográfico implica em um esforço de organização e problematização do próprio material que o antropólogo tem em mãos, para então realizar as conexões que julgar necessárias de forma a evitar a reprodução de categorias reificadas e descontextualizadas (Strathern, 1991). A perspectiva proposta, portanto, não é partir analiticamente da bibliografia para o material obtido em campo, mas o inverso, partir deste material para criar conexões profícuas e criativas com a bibliografia específica, outras bibliografias e outras possíveis conexões inesperadas. Isso não quer dizer cair na ilusão de ir para campo como um pesquisador “neutro”, mas se refere a se comprometer com um princípio metodológico que permite uma constante problematização das categorias antropológicas frente à experiência etnográfica. Além disso, inspiro-me aqui na reflexão de Gow (1991) de que uma etnografia num sentido mais radical busca levar a sério o que os nossos interlocutores de pesquisa fazem e dizem.

Portanto, este comprometimento com o esforço etnográfico – um diacrítico de suma importância no fazer antropológico – livra o pesquisador de se fixar em uma área exclusiva da disciplina – etnologia, antropologia urbana, antropologia das instituições, etc. – e o possibilita criar diálogos profícuos e criativos com diversas áreas, discussões ou campos de saberes

específicos da disciplina, de acordo com as qualidades particulares das reflexões possibilitadas pela própria etnografia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, José A. A. D. 2012. *Indigenização da cidade: etnografia do circuito Sateré-Mawé em Manaus-AM e arredores*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANDRELLO, Geraldo L. 2006. *Cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: Editora da UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI.
- ASSIS, Valéria S. de; GARLET, Ivori J. 2004. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidades e questões fundiárias. **Revista de Índias**, Madrid, v. LXIV, p. 35-54.
- ASSIS, Valéria S. de. 2006. *Dádiva, mercadoria e pessoa: as trocas na constituição do mundo social Mbyá-Guarani*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ATHIAS, R. M.; LIMA, Carmem L. S. 2010. Indígenas na metrópole: os Pankararu em São Paulo. *O público e o privado*, Fortaleza, n. 16, p. 49-64.
- BADIE, María V. C. 2013. *Cosmología y naturaleza mbya-guarani*. Tesis de Doctorado. Programa de Doctorado en Antropología Social y Cultural. Universidad de Barcelona, Barcelona.
- BARROS, Valéria E. 2011. *Mito e história nas narrativas dos Guaranis da Bacia do Paranapanema*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BARROSO-HOFFMANN, Maria; SOUZA LIMA, Antonio C de. 2006. Povos Indígenas e ações afirmativas no Brasil. *Boletim PPCor*, nº28. Disponível em: <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/arquivos/boletim-ppcor-programa-politicas-da-cor-na-educacao-brasileira-laboratorio-de-politicas-publicas>. Acesso em 13 de maio de 2014.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2007. *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- BARROSO, Maria M.; SOUZA LIMA, Antonio C de (org.). 2013. *Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008*. Rio de Janeiro: E-papers.
- BONAMIGO, Zélia M. 2009. *A economia dos Mbya-Guarani: trocas entre homens e entre deuses e homens na ilha de Cotinga, em Paranaguá-PR*. Curitiba: Imprensa Oficial.
- CADOGAN, León. 1959. *Ayvu Rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá*. Boletim n. 227, Série Antropologia n. 5, São Paulo: FFLCH/USP.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1968. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. 1976a. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- \_\_\_\_\_. 1976b. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneiro Editora.
- \_\_\_\_\_. 1996. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- CHEROBIM, Mauro. 1986. *Os índios Guarani do litoral do Estado de São Paulo: análise antropológica de uma situação de contato*. Coleção Antropologia, v.12, São Paulo: FFLCH/USP.
- CLASTRES, Hélène. 1978. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense.
- CLASTRES, Pierre. 1990. *A fala sagrada: mitos e cantos dos índios Guarani*. Campinas: Papirus.
- DAL'BÓ, Talita L. 2010. *Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar. Uma discussão sobre "cultura" e "conhecimento tradicional"*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- DOUGLAS, Mary. 1998. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP.
- ESPÍNDOLA, Michely A. J. 2013. *"Jovens" terena na cidade de Campo Grande (MS) política e geração*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- FAUSTO, Carlos. 2005. Se deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 385-418.
- FÍGOLI, Leonardo H. G. 1982. *Identidade étnica e Regional: trajeto construtivo de uma identidade social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília.
- FUNAI. Fundação Nacional do Índio. *Terras indígenas*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 31 de março de 2014.
- GARLET, Ivori José. 1997. *Mobilidade mbya: história e significação*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GOW, Peter. 1991. *Of mixed blood: kinship and history in Peruvian Amazonia*. Oxford: Clarendon Press.
- HERZFELD, Michael. 2008. *Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação*. Lisboa: Edições 70.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades: Paraná: Maringá: Censo demográfico 2010: resultados da amostra - características da população*. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/csv.php?lang=&idtema=67&codmun=411520>. Acesso em 12 de maio de 2014.
- \_\_\_\_\_. 2012a. *Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas. Resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_dos\\_Indigenas/pdf/Publicacao\\_completa.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf). Acesso em 12 de maio de 2014.
- \_\_\_\_\_. 2012b. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf). Acesso em 12 de maio de 2014.

- KLEIN, Tatiane M. 2013. *Práticas midiáticas e redes de relações entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LASMAR, Cristiane. 2005. *De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro*. São Paulo: UNESP.
- LAZARIN, Marco Antonio. 1981. *A descida do Rio Purus: uma experiência de contato interétnico*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília.
- LADEIRA, Maria Inês. 2008. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. Maringá/São Paulo: EDUEM/EDUSP.
- MACEDO, Valéria. 2009. *Nexos da diferença: cultura e afecção em uma aldeia guarani na Serra do Mar*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MAGNANI, José G. C. 2012. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- MELIÀ, Bartolomeu. 1990. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 33, p. 33-46.
- MELO, Clarissa Rocha de. 2013. A experiência no curso de licenciatura intercultural indígena do sul da Mata Atlântica. *Século XXI*, v.3, no 1, p.120-148.
- MELO, J. G. 2009. *Identidades fluídas: ser e perceber-se como Baré (Aruak) na Manaus Contemporânea*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília.
- MÉTRAUX, Alfred. 1927. Migrations historiques des Tupi-Guarani. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Paris, Tome 19, p. 1-45.
- MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. 2002. *Através do mbaraka: música e xamanismo Guarani*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MONTEIRO, John Manuel. 1992. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura.
- MORAWSKA VIANNA, Catarina. 2010. *Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. No prelo. *Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFSCar.
- MOTA, Lúcio Tadeu (org.). 2000. *As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões*. Maringá: EDUEM.
- MURA, Fabio. 2006. *À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- NIMUENDAJÚ, Curt. 1987. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- NOELLI, Francisco. 1999. Curt Nimuendajú e Alfred Métraux: a invenção da terra sem mal. *Suplemento Antropológico*, Asunción, v. 34, n.2, p. 123-166.
- NUNES, Eduardo. S. 2010. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30.
- PALADINO, M. 2006. *Estudar e experimentar na cidade: trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “Jovens” indígenas Ticuna, Amazonas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PIERRI, Daniel Calazans. 2013. *O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mbya*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PIMENTEL, Spensy K. 2012. *Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PISSOLATO, Elizabeth de Paula. 2006. *A Duração da Pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- POMPA, Cristina. 2003. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru: EDUSCANPOCS.
- PONTE, L. A. S. X. 2009. A população indígena da cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 4, n. 2, p. 261-275.
- ROMANO, J. O. 1982. *Índios proletários em Manaus*. El caso Sateré-Mawé citadinos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília.
- ROSADO, Rosa M.; FAGUNDES, Luiz F. C. (orgs.). 2013. *Presença indígena na cidade: reflexões, ações e políticas*. Porto Alegre: Gráfica Hartmann.
- SAHLINS, Marshall. 1997a. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73.
- \_\_\_\_\_. 1997b. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte II). *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 103-150.
- SCHADEN, Egon. 1969. *Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira /EDUSP.
- \_\_\_\_\_. 1974. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: EPU/EDUSP.
- SEAE. 2007. Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos do Paraná. Assessoria para Assuntos Indígenas. *Presença indígena no Estado do Paraná*. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/anexo7.pdf>. Acesso em 31 de março de 2014.

- SILVA, Evaldo Mendes da. 2007. *Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva* (Guarani) na Tríplice Fronteira. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SILVA, Raimundo N. P. da. 2001. *O universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SOUZA LIMA, Antonio C. de. 2007. Educação Superior para Indígenas no Brasil: sobre cotas e algo mais. In: BRANDÃO, A. A. (org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A.
- STRATHERN, Marilyn. 1991. *Partial connections*. Walnut Creek, CA: Altamira Press - Rowman & Littlefield Publishers.
- TASSINARI, Antonella M.I. 2008. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. *Ilha*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 217-244.
- TEIXEIRA, Carla C.; SOUZA LIMA, Antonio C. de. 2010. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS.
- VIEIRA, Driéli. 2012. *Ñemperỹ Jevy: resgatando tradições, inventando patrimônios*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. 2002. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 113-148.
- WILDE, Guillermo. 2003. *Antropología histórica del liderazgo Guarani misionero (1750-1850)*. Tesis de Doctorado. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB.
- WRIGHT, Robin (org). 1999. *Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: FAPESP/Unicamp.